

Emilio Costa

Acção directa

e

Acção legal

CONFERENCIA

realizada pelo auctor
na CASA SINDICAL
em 31 de Dezembro
de 1911

PREÇO 30 RÊIS



EDITORA E PROPRIETARIA
União das Associações de Classe
de Lisboa

Composto e impresso na CASA DOS
TIPOGRAFOS - Rua dos Prazeres, 39 -
LISBOA 1912

Shi

EMILIO COSTA

Acção directa e acção legal



Conferencia realisada pelo auctor
na CASA SINDICAL
em 31 de Dezembro de 1911

PREÇO 30 RÉIS

EDITORA E PROPRIETARIA
União das Associações de Classe
de Lisboa

— Composto e impresso na —
CASA DOS TIPOGRAFOS
Típ. da Assoc. dos Compositores

— 1912 —
30—RUA DOS PRAZERES—30
— LISBOA —

Shi

Accão directa e accção legal



Comissão de redacção
do Conselho Superior
de 21 de Dezembro de 1934

IMPRESSO EM LISBOA

União das Associações de Classes
de Lisboa

1934
M. RUIZ DE MATEOS
LISBOA

— Conselho Superior —
LISBOA
L. 1000



CAMARADAS:

A Frederico II, que possuía, como poucos, a arte da guerra e a de política e que por isso conhecia muito bem os homens, atribuem-se as seguintes palavras:

«Se os meus soldados soubessem bem o papel que desempenham, não ficaria um unico nas fileiras.»

O que o famoso monarca prussiano disse dos soldados do seu exercito, é o que podiam dizer todos os monarcas, todos os governantes que requerem dos governados a obediencia.

Se todos que obedecem soubessem bem o papel que desempenham, pouco ou nada tardaria a desobediencia a ei onde quer que esta se manifestasse, que mais não fosse, como afirmação individual e coletiva da liberdade. E todavia, a lei, que é uma expressão de despotismo, é tambem a expressão da liberdade, porque exprime o direito. E o direito é o reconhecimento, em principio, da liberdade. O direito, que é uma formidavel hipocrisia social, é, por isso mesmo, a confissão tácita da injustiça e, por consequencia, o reconhecimento da rebelião em nome da justiça. O aparecimento da lei e do direito significa que houve um momento na evolução das sociedades, em que os dominadores sentiram a necessidade de *se justificar* isto é, de convencer os dominados de que esse dominio era naturalmente justo. Isto constituiu um grande progresso: em primeiro lugar, porque se reconheceu a justiça da rebelião contra tudo que, aos olhos dos dominados, não apparecesse justificado; e depois, porque foi condição de estabilidade na vida dos diversos agrupamentos, sem

a qual muito difficilmente se teriam realisado os progressos de toda a ordem, que todos os dias augmentam o bem-estar dos homens.

Desde então, toda a arte de bem governar, consistiu em saberem os governantes justificar-se dos actos que praticam, para assim obterem a estabilidade ou a paz de que necessitam. As difficuldades d'esta arte augmentam constantemente, como se vê no facto de que, quanto mais se desenvolve um certo povo, mais frequentes são as suas manifestações de descontentamento contra os que o governam. E quando estes não sabem o papel que desempenham, não comprehendem porque é que, quantas mais regalias os povos possuem, mais regalias desejam possuir. N'essas occasiões, quando os governantes não comprehendem as reclamações que se fazem, julgam que os reclamantes estão fóra do que é naturalmente justo; e então sahem para fóra da costumada justificação, fazendo uso dos meios primitivos de dominação, que é a força de que dispõem.

E' assim que a vida dos governos se passa a manter a obediencia ás leis, ao que chamam manter a ordem, umas vezes pela persuasão, outras pela violencia, sendo os governos tanto mais habeis quanto menos precisam empregar esta ultima.

De dia para dia a arte de governar se torna mais difficil, porque aumenta a difficuldade de justificação do papel de dominador, aos olhos, cada vez mais abertos, do povo, o dominado de sempre. Para o progresso da mentalidade do povo concorrem três causas: o desenvolvimento da vida economica em todos os seus aspetos, que obriga a uma competencia sempre crescente da parte dos que produzem; as rivalidades entre os dominadores, os quaes patenteiam ao povo os defeitos alheios e as virtudes proprias; e, finalmente, as desilusões que os mesmos rivaes proporcionam, quando, no poder, mostram a falsidade das afirmações que faziam com mais ou menos consciencia.

E' d'esta forma que os dominados teem aprendido a conhecer a sua situação e a saber remedia-la, acabando com o mal. E' claro que o mal e portanto o remedio não são para todos, os mesmos; mas isso não invalida o que acabei de dizer sobre o progresso da mentalidade dos dominados, causa das difficuldades da arte de governar.

Assim como os governos empregam ora a persuasão, ora a violencia para conseguirem a obediencia á lei, tambem os governados empregam ora um, ora outro dos dois processos para conseguirem o que desejam sempre: um

aumento de bem-estar, apelando para a violencia quando a persuasão não sortiu o efeito desejado.

A diferença que existe entre o que faz o povo e o que faz o governo, está apenas em que a violencia empregada pelo governo é ainda uma legalidade já consignada em qualquer código ou publicada na propria ocasião, para que não possa subsistir contra elle a condição que elle exige dos outros: estar o acto praticado dentro da lei. Um governo necessita de praticar um acto que vae manifestamente contra a lei? Publica outra lei que autorisa o acto e pratica depois este com toda a legalidade.

Mas o povo, quando reconhece que precisa de ir contra o que a lei determina, não pode legalisar antes o acto a praticar; tem que cometer a ilegalidade. A não ser esta diferença de forma — e que á força de repetir-se constituiu um precioso ensinamento para o povo — os processos são eguaes: ou se faz uso da acção legal ou da que, dispensando a lei, se dirige directamente ao fim que visa, e que por isso se chama acção directa.

A preferencia por uma ou outra forma d'acção, determinou na vida social e politica duas correntes, duas orientações, em volta das quaes, pode dizer-se, gira toda a actividade dos povos. Ninguem é absolutamente legalista e ninguem dispensa em absoluto a lei, todos o sabemos, manifestando-se qualquer das orientações, em cada individuo, muito menos nas doutrinas prégadas do que na vida prática; e d'esta, muito mais nos actos colectivos do que na vida quotidiana de cada individuo.

Ha pessoas, cujas doutrinas são o mais anti-legalistas possivel, que em actos individuaes de propaganda mostram bem claramente o que pensam da lei e dos que a defendem, que nos actos colectivos pregam e seguem a acção directa e que todavia, passam o dia, para ganharem o seu sustento, a praticar legalidades constantes e, o que é mais, a conservar e a robustecer a lei. Ha outros que teem constantemente a legalidade na boca, que dizem não admittir a ilegalidade e pôr acima de tudo o respeito á lei, que se enfurecem contra a acção directa e que passam a vida n'uma violação constante das leis.

Se bêm se examinarem as coisas, parece-me que se chegará á conclusão de que, em geral, quem mais viola as leis são os que as fabricam e os que mais as observam, são aquelles que as combatem.

Mas apesar de todas estas relatividades e contradicções, desenham-se perfeitamente as duas orientações — acção directa e acção legal — vivendo em lucta constante uma com a outra, seja qual fôr a forma da actividade humana em que ellas se manifestem. Legalistas e revolu-

cionarios ha-os em todos os campos: na litteratura, na arte, nas sciencias, nas industrias, nas reivindicações operarias, na politica, etc. Variam os nomes ao infinito, mas é sempre a mesma coisa: legalistas, conservadores, tradicionalistas, praxistas, governamentais, d'um lado; revolucionarios, oposicionistas, inovadores, irreverentes, demolidores, do outro, luctando uns pelo passado, outros pelo futuro e todos em nome da felicidade humana.

Onde a lucta entre conservadores e revolucionarios é mais intensa, é nas questões economicas e politicas, por serem estas as que mais afetam a vida e a liberdade dos individuos. E' d'estas questões que hoje me venho ocupar com os meus amigos.

*

Ha por esse paiz fora muita gente e da classificada de boa gente, que julga que em Portugal não havia movimento operario, digno d'este nome, antes da revolução que acabou com a monarchia e implantou a republica, ou que esse movimento não ousava manifestar-se como se tem manifestado depois da revolução. Dos que assim pensam, uns attribuem as greves produzidas á revolução acusando-a por isso de perturbadora da vida nacional; outros entendem que a victima das perturbações é, pelo contrario, a republica que só quer a ordem e o trabalho, lançando as culpas para cima dos operarios demasiadamente exigentes nas suas reivindicações ou para cima dos conspiradores monarchicos, que se valem da ignorancia dos operarios para criarem dificuldades á republica nascente. Pelo contrario, ha quem creia que a intensidade do movimento grevista dos ultimos tempos foi um efeito da revolução republicana, mas não attribuem a ninguem a culpa d'esse facto, considerando-o uma consequencia logica da forma como a revolução se fez e do movimento operario que em Portugal já existia.

Não é para agora discutir qual d'essas maneiras de encerrar os ultimos movimentos grevistas, é a mais verdadeira. Creio que a ultima maneira indicada é a que contém mais porção de verdade, como já tive occasião de dizer. (1)

O que pretendo mostrar, é que se enganam por completo os que acreditam na quasi não existencia do movimento operario antes da proclamação do novo regimen politico e que bem mau serviço de educação popular fazem, os que fingem não acreditar n'elle.

(1) *Capital*, de 14 de dezembro de 1910, artigo: *As Greves*.

Só quem não conhece a primeira palavra da questão operaria, é que, de boa fé, pode negar a existencia do movimento operario em Portugal, ou mesmo a sua importancia relativamente grande. Se os que assim tão erradamente falam, pensassem um pouco nos factos que criticam, reconheceriam immediatamente que, por muito má organização que os ultimos movimentos tivessem, nunca elles se poderiam ter produzido, como se produziram alguns, sem uma preparação que demandava annos a fazer-se.

A preparação indispensavel para que se pudessem realisar as numerosas greves que se succederam á proclamação da republica, consistiu na propaganda de doutrinas favoraveis á emancipação dos trabalhadores e na pratica dos meios de luta contra os que se oppõem a essa emancipação. E' assim que as ideias teem sempre e em toda a parte evolucionado: propagando-se, fortalecendo-se, impondo-se para finalmente triumpharem.

Nunca se viu prégar-se uma doutrina e só se porem em pratica os meios de lucta para a impôr, depois de estarem calculadas as consequencias da acção e assegurado o seu bom exito. As ideias precisam ser praticadas á medida que se propagam, devendo-se evitar, o mais possibile precipitações desastrosas, mas procurando-se dar-lhes vida em tentativas de realisação total ou parcial.

Dizem os francezes que *c'est en forgeant qu'on devient forgeron* — forjando o ferro é que a gente se faz ferreiro. Este proverbio applica-se a tudo: tanto á educação fisica e espiritual dos individuos, como á obtenção de regalia^s para um grupo, uma classe ou um povo inteiro. Bastava esta circumstancia para se justificar a acção que procura pôr em pratica a doutrina que se préga. Mas ha mais: é que as realisações são, em geral, mesmo que não passem de tentativas, um bom ensinamento que vem corrigir a doutrina, pondo esta mais harmonica com a realidade, isto é, melhorando-a. D'esses ensinamentos é que teem mêdo os partidarios da actual organização social e por isso são muito mais tolerantes com as doutrinas do que com as tentativas de realisação, praticando assim essa coisa absurda de não permitir que se faça o que permitem que se prégue.

E' por isso que são muito mais logicos os governantes que castigam a manifestação de opiniões que lhes desagradam. O amor que os governos chamados liberaes, dizem ter pela liberdade de opinião, é mais uma hipocrisia de que usam, porque esse amor é apenas falta de força para fazer calar opiniões. Se a doutrina é tão funesta que se não permite a sua applicação, porque se permite a sua prégação? Se a doutrina prégada é boa em teoria, como

se transforma em má doutrina por se pretender applica-la? Se estão iludidos os que a pregam, mais uma razão para, a sua livre applicação, porque, quanto mais vezes se applicasse, mais vezes o erro se patentearia para ensinamento de todos.

E' que os governantes bem sabem o valor que tem para o progresso d'uma ideia, a sua pratica. Sabem-no como todos o podem saber, com a historia na mão; e sabem-no ainda por experiencia propria, porque foi com realisações parciaes e tentativas de realisação total, que a sua ideia conheceu o triumpho. Os governantes sabem bem qual é o lado fraco da fortaleza que defendem e é para esse lado que se dirigem sempre as suas atenções. A's vezes, porque não são bastante habéis, deixam-se ir atraz do desejo de defender a todo o custo a posição conquistada e exageram as precauções a ponto de se prejudicarem com ellas, collocando-se n'uma attitude demasiado clara para politicos. Foi o que succedeu, por exemplo, a quem redigiu o art. 51.º da Reorganisação da Instrução Primaria, decretada no tempo do governo provisorio, no qual se condena a liberdade de opiniões contrarias ás leis do Estado. A publicação d'este artigo constitue um dos exemplos mais frisantes da desorientação a que pode levar a defeza do Estado, da Lei, d'essa Lei que mezes antes se esfarrapara em nome da Liberdade. O governo que se apelidava de revolucionario, que reconhecia não estar constituido legalmente, que fôra estabelecido por umacto de violencia para garantir a liberdade, levanta-se ameaçador contra a liberdade que quasi todos os governos se tem visto obrigados a declarar inviolavel: a liberdade de expressão de pensamento!

E o medo da opinião parece continuar, como se vê das seguintes palavras do programa do novo partido *União Republicana*:

«Não ha delictos de opinião; mas todo o pensamento é um acto no estado nascente, e não podem ignorar este conceito da physiologia os homens que tiverem encargo de garantir a paz social pela manutenção da ordem publica.»

Quer dizer: em teoria não ha delicto, mas na pratica, que é o que importa, já a psico-fisiologia intervem para justificar actos de repressão no futuro, sempre que assim convenha aos governantes.

Mas voltemos ao nosso assumpto: os ultimos movimentos grévistas. Sabendo-se que a accção acompanha quasi sempre de perto a prégação das ideias, é evidente

que aquella não deixou de aparecer durante os annos de preparação indispensaveis á forma como certas greves tem sido conduzidas. Isto bastava para os criticos, que viam nas greves manifestações novas, ou quasi, do movimento operario, reconhecerem que laboravam em erro e modificarem a sua opinião. Mas para isso seria preciso que se pensasse, ainda que fosse muito pouco; e pensar no que se critica, não é proprio, como se sabe, da maior parte dos criticos. Tinham tambem, os que se surpreendiam com as greves, a historia do movimento operario portuguez, para se convencerem de que não estiveram os trabalhadores á espera da proclamação da republica, para declararem greves e greves d'importancia. Mas para isso era preciso consultar, tirar informações, o que dá trabalho que não brilha; e os taes criticos, o que desejavam, acima de tudo, era brilhar com palavras de eloquencia e indignação contra os que perturbavam a marcha das novas instituições.

No entanto alguns havia que procuravam orientar-se, mas que o não conseguiam por estarem pouco ou nada familiarisados com a questão social, tanto na sua generalidade como no que respeita ao movimento operario em Portugal.

E' sobretudo para esses, que seria da maior utilidade o apparecimento d'um trabalho, o mais completo e simples possivel, que dêsse conta do movimento operario portuguez: Associações creadas, character d'ellas e acção; greves, indicando o numero de operarios, os motivos da greve e o resultado; reclamações que se tem feito aos poderes publicos; diversos meios de lucta empregados; as diversas formas de propaganda, etc. Um trabalho assim, onde houvesse apenas informação, sem outra preocupação, trabalho que a todos satisfizesse porque a todos seria util, viria mostrar que o movimento operario portuguez tem sido mais importante do que julgam os que o conhecem mal e que essa importancia, *se se atender ás condições do paiz*, não é mesquinha comparada com a de outros paizes.

Nas greves que se declararam depois da proclamação da republica, está, para quem quizer olha-las a sangue frio, a demonstração do que possuem os operarios portuguezes e do que lhes falta. As greves foram numerosas e em varios ramos do trabalho, permitindo esse facto que se manifestassem as qualidades e os defeitos dos operarios portuguezes e se avaliasse a preparação d'uns e a completa falta de preparação de outros. Mas considerando-se esse movimento grevista no seu conjunto, passado esse periodo de efervescencia que a ninguém deixava ver as

coisas com a calma devida e tendo em conta o momento da vida da nação em que o movimento se produziu, reconhece-se que, se os operarios mostraram, em geral, falta de organização, alguns provaram que tinham sabido organizar-se e conduzir o movimento, como melhor se não tem feito em parte alguma. Era a minoria? Era; mas não ha paiz em que os operarios bem organizados não sejam a minoria, em que a desorientação não seja frequente, em que os movimentos desastrosos se não repitam, as defeções se não produzam. Apenas um exemplo: Três greves de trabalhadores dos caminhos de ferro se produziram na Europa com um pequeno intervalo de umas para as outras: a dos caminhos de ferro francezes, a dos portuguezes e a dos inglezes. Compare-se a vida operaria de Portugal com a da França e a da Inglaterra, e depois comparem-se as três greves em todos os seus aspectos, que da comparação ha-de necessariamente resultar uma conclusão optimista para o futuro da vida operaria em Portugal.

Se escolhi este exemplo não foi porque elle fosse mais favoravel do que outro á conclusão que tirei, mas porque a greve dos caminhos de ferro foi a que mais impressionou todo o paiz, aquella de que todos melhor se recordam, uma das mais dificeis de manter e levar a cabo e com a qual quasi coincidiram outras em paizes manifestamente mais adiantados—os mais adiantados do mundo —e que podiam por isso servir de comparação para avaliação da greve portugueza. Alem da greve dos caminhos de ferro, outras se produziram então, que não deram tanto nas vistas do publico, mas que foram prova de tanta e tão boa organização como a dos ferro-viarios e das quaes resultaria, se as comparassemos com outras similares que noutros paizes se teem produzido, a mesma conclusão optimista que d'aquella resultou.

Quando se repara para o movimento operario em Portugal, constata-se facilmente que os trabalhadores portuguezes teem sido mais homens de acção que de organização. Se a organização dos operarios portuguezes correspondesse á sua acção, pouco faltaria para estarem, se não estivessem na vanguarda do movimento operario de todo o mundo. E' inutil demonstrar a verdade que ha n'esta afirmação, porque melhor do que eu o poderiam fazer, certamente, muitos dos que me estão ouvindo, por terem, a mais do que eu tenho, o saber da experiencia propria, saber superior a todos os outros. Os que mais em trabalho em movimentos grevistas ou outras for-

mas de lucta, bem sabem que não faltam aos operarios portuguezes, mais do que aos operarios de outros paizes, a constancia, o desinteresse do proveito pessoal, a comprehensão da tática que mais convem seguir e a habilidade na sua execução. O que muito falta é organização conveniente para que as magnificas qualidades de acção que se possuem, possam produzir um efeito duplo ou triplo do que geralmente produzem, em beneficio dos trabalhadores.

Serão os operarios portuguezes refractarios á boa organização das suas forças? Não, porque, sem discutirmos os seus fins, que nada tem para a questão de que se trata, varios agrupamentos se tem constituido, que tem provado que tambem os portuguezes sabem organizar-se, dispôr da tenacidade para levar a cabo uma ideia; dispôr d'essa paciencia e confiança n'um resultado afastado que são comuns a outros povos, nada desprezando, por mais insignificantes que as coisas pareçam, do que possa contribuir para o resultado que se deseja obter.

O que é necessario, seja qual fôr o fim que se tem em vista, é haver, nos organisadores, a convicção inabalavel de que estão trabalhando utilmente para a realisação de uma ideia que amam com paixão. Isto é que é indispensavel, quer se trate d'uma confraria, d'uma sociedade de recreio, d'um centro eleitoral ou d'uma associação de classe. Isso, que destroe todos os obstaculos e a que muita gente chama a fé no ideal, é que não tem abundado entre os operarios portuguezes, para dar lugar á organização indispensavel na lucta contra a sociedade capitalista.

O que ha a fazer então? Levar a fé no ideal ao maior numero possivel de individuos, convencê-los de que, sem o trabalho obscuro, paciente e cheio de sacrificios da organização de forças, pouco poderá fazer-se de verdadeiramente util. Enquanto esta convicção se não generalisar, o movimento operario conservar-se-á como até aqui, confiando apenas na acção de momento, na agitação revolucionaria, a qual, por melhor conduzida que possa ser, não produzirá fructos apreciaveis, porque é arvore sem raizes, ainda que de bella apparencia.

Ao partido republicano aconteceu, pouco mais ou menos, o mesmo.

Durante annos e annos, viveu de sonhos revolucionarios, de golpes de mão que abortavam, de organizações revolucionarias que se desfazião ás primeiras difficuldades, até que, mudando de sistema, começou a pensar na organização para a lucta politica, a praticá-la e a regularisar a propaganda pelo paiz. Desenvolveram-se os cen-

ctros que havia e fundaram-se muitos outros; a imprensa periodica começou a desempenhar um papel mais importante, começaram as conferencias e os comícios e realisonou-se, principalmente em Lisboa, esse trabalho de organização para a lucta eleitoral, que é um dos exemplos mais frisantes do que podem a tenacidade e a paciencia ao serviço de uma ideia. Parallelamente não se descurou a propaganda e a organização revolucionarias, de modo que os dois trabalhos se completassem e assegurassem, cada um de sua maneira, a victoria da ideia.

Este trabalho de organização politica fez-se, quando appareceu a convicção de que só com a acção insurrecional nada de definitivo se poderia realizar. E porquê? Porque será tão necessaria essa preparação, quer se trate de reivindicações economicas ou de outras quaesquer? Por que é ella que garante os resultados que se pretendem obter com a acção, pela solidariedade mais ou menos consciente e activa d'aquelles que não tomam parte na acção propriamente dita. Esta é sempre a obra d'uma pequena minoria; e é por isso que precisa do apoio—que se manifesta de mil maneiras—da maioria.

E' este apoio que se obtem com os trabalhos de organização e propaganda. Estes trabalhos é que levaram a maioria dos portuguezes a interessar-se pela queda da monarchia ou a desinteressar-se da sua existencia, e permitiram o rapido triumpho que foi a revolução republicana. O que aconteceu com a politica republicana e os portuguezes, é o que precisa acontecer com as reivindicações economicas e os trabalhadores, havendo apenas as diferenças correspondentes ao fim que se pretende atingir e ás pessoas nelle interessadas. Na obra da organização do partido republicano, procurava-se interessar indistintamente todos os portuguezes, porque se tratava d'uma reivindicação nacional. Na obra de organização operaria, procura-se interessar os proletarios, por se tratar d'uma reivindicação de classe.

Uma vez admitida a necessidade da organização de forças e da propaganda de ideias e sabendo-se, como ja vimos, que as tentativas de realização da ideia, coroadas ou não de exito, acompanham quasi sempre de perto a sua propaganda, apparecem logo varias formas de trabalhar para o mesmo fim, o qual é, neste caso, a emancipação dos trabalhadores.

Essas varias formas reduzem-se a duas, que constituem as duas orientações, as duas correntes de que falei, que teem varios nomes, conforme aquillo de que se trata e a que eu chamo, para o nosso caso: acção directa e acção legal, não havendo melhor designação.

Chamei acção directa á que se dirige directamente ao fim que visa, sem passar pela lei, isto é, sem se importar de saber se a lei permite ou não o acto que se pretende praticar; e acção legal, naturalmente, á que procura subordinar os actos aos termos da lei, a que normalisa por ella a sua acção. Porque chamei á primeira, acção directa em vez de acção ilegal? Porque ella — como eu a compreendo, é claro — não é contra a lei; ignora-a sempre que ella não representa o caminho mais curto ou mais proveitoso para o conseguimento do que se deseja. Se porventura a acção legal é a que melhor conduz ao resultado desejado, prefere-se essa, servindo a lei de instrumento que se põe de parte, logo que deixa de prestar serviços. Simplesmente isto é muito raro acontecer; e neste facto, na raridade, ou na normalidade da acção legal, é que está a diferença entre as duas orientações e o que constitue a sua característica.

Ser, em principio, contra a lei, é um ponto de doutrina de filosofia social; ao passo que a acção directa é uma maneira de defender interesses e direitos, independente de qualquer doutrina. E' por isto que a acção directa todos a exercem mais ou menos, conforme as necessidades; e contra a lei, em principio, estão apenas os anarquistas, os quais são sempre, por isso mesmo, partidarios da acção directa e estão ao lado dos que a praticam, embora estes não sigam a mesma doutrina que os anarquistas seguem. E' o caso de dizermos: todos os anarquistas são partidarios da acção directa, mas nem todos os partidarios da acção directa são anarquistas. E'se partidario de uma ou outra fôrma de acção, como se é partidario de tudo: por temperamento, por educação, por interesse, por necessidades de momento, etc. A razão que se invoca, em geral, para justificar a preferencia, é a mesma em ambos os campos, como tambem, com tudo o mais acontece: é que cada um entende que a sua maneira de proceder é a que melhor conduz ao fim desejado, cada um procurando mostrar, o melhor que pôde, a razão que lhe assiste. N'este caso, de que lado está a verdade? Qual das duas formas de lucta é preferivel para a defeza dos interesses e dos direitos dos trabalhadores: a acção legal ou a acção directa?

N'esta altura da nossa palestra apparece necessariamente a opinião pessoal, tendo que se defender uma ou outra das duas orientações, se se quizer responder á pergunta que acabo de fazer. Pela minha parte, respondo á pergunta, dizendo que sou partidario da acção directa, que creio essa orientação, na lucta contra a sociedade capitalista, a mais proveitosa para o proletariado. Porque?

Se se tratasse apenas de saber a minha opinião pessoal, bastaria dizer que sou, em principio, contra a lei. Mas trata-se de coisa mais interessante do que a minha opinião pessoal, a qual tem apenas, como todas as opiniões, o valor dos argumentos produzidos para a justificá-la. Trata-se de dizer porque considero a acção directa preferivel á outra, independentemente de qualquer doutrina de filosofia social.

Uma opinião, para ser digna de que a respeitem, deve ser formada e defendida conscientemente, isto é, formada pela observação dos factos, pelo estudo de doutrinas e defendida com factos a apoiarem as conclusões tiradas d'aquella observação e d'aquelle estudo. Se assim acontecer, a opinião é digna de respeito, qualquer que seja a somma de conhecimentos e o numero de observações. E' por este motivo, que tão respeitavel pode ser a opinião d'um homem de pouca cultura como a d'um sabio.

Porque sou então partidario da acção directa?

*

Nas palavras que citei de Frederico II, está a razão da minha preferencia pela acção directa, generalizando essas palavras a todos os governantes e a todos os governados. Se os governados soubessem bem o papel que desempenham, deixavam de obedecer aos governantes; é o que se conclue das palaveas que o esperto rei da Prussia proferiu a respeito dos seus soldados. Mas qual é o homem de governo que não sabe que esta conclusão é verdadeira e quantos haverá que não tenham proferido, em momentos de franqueza ou por tática politica, palavras análogas? Seria um nunca acabar de citações, se quizessemos reproduzir o que os defensores do Estado, da Lei e de tudo que o Estado protege, teem dito em seu desabono. E porque essas palavras são em numero elevadissimo e proferidas por toda a especie de governantes, constituem um bom ensinamento, um bom factor para a formação da opinião que considera o Estado uma engrenagem bem mais nociva do que proveitosa para o bem-estar do povo.

Uma opinião só, entre muitas que se poderiam citar. E' de Clemenceau, um dos homens d'Estado de mais cotação. Disse elle, em pleno Senado:

«O Estado, conheço-o; tem uma longa historia, toda de morticínio e de sangue. Todos os crimes que se teem cometido no mundo, os massacres, as guerras, as traições á fé jurada, as fogueiras, os supplicios, as torturas,

tudo tem sido justificado pelo interesse do Estado, pela razão d'Estado.

O Estado é de sua natureza implacavel ; não tem alma, não tem entranhas, é surdo aos gritos de piedade. Eu sou o inimigo do Estado onipotente, soberano senhor da humanidade.

... O Estado, esse monstro de sangue humano, que é responsavel de todas as abominações de que tem soffrido e sofre ainda a humanidade.

... Pois não nos diziam ontem que o Estado era superior á Justiça? Não é d'um Estado assim que eu sou subdito.»

Porque na verdade o conhecia bem e assim falava do Estado, é que o senador Clemenceau foi, passado pouco tempo, presidente do conselho de ministros.

E' verdade que os governantes dizem muitas vezes o contrario ; mas essa contradição constitue outro ensinamento, que não pode ser favoravel aos que se contradizem.

Mas a contradição entre as palavras dos homens de governo, embora de valor, pouco é se a compararmos com a que existe entre as suas palavras e os seus actos. Essa é que é mais preciosa do que tudo, para ensinar aos governados o papel que elles desempenham em face dos governantes. E' o que se diz antes de se ser governo e o que se diz tambem, quando se governa e depois de se ter governado, que tem sido a melhor escola onde o povo tem aprendido, pouco a pouco, muito lentamente, a conhecer o papel que desempenha na vida politica do agrupamento a que pertence, desde o mais simples até ao mais complexo a que se tem chegado : a nação.

Muitos milhares de paginas teria o volume que contivesse apenas as contradições mais flagrantes, mais grotescas ou mais odiosas que os governantes de toda a especie tem cometido. E é tão poderoso ensinamento esse, que é sobre essas contradições que todas as propagandas se tem sobretudo baseado para o ataque a instituições que se pretendem destruir.

Os partidos politicos, as seitas religiosas, os grupos financeiros, todos os que pretendem dominar, tem-se valido da arma poderosa que as contradições dos adversarios lhes fornecem, para, a seu turno, irem fornecer, uma vez no poder, materia para novas contradições, para mais ensinamento dado ao povo em sucessivas desilusões. E o povo, ora acreditando uns e pondo-os a governar, ora desiludindo-se de outros e atirando-os do poder abaixo, tem ido, de sacrificio em sacrificio, de desilusão em des-

1 usão, até que se foi formando, generalizando e robustecendo cada vez mais, a ideia de que o mal não está na forma de governar, mas no facto mesmo de se governar, isto é, de se impôr ao povo uma norma de conducta, em nome da justiça e do seu bem-estar, mas de facto para garantir a estabilidade da vida politica e social, na qual o povo tem sempre o peor quinhão.

Pouco a pouco foi o povo percebendo três coisas: que era devido ao seu esforço indispensavel que se derrubavam governos e instituições — que eram por outras substituidas; que os que se socorriam d'elle nas ocasiões dificeis, como de elemento imprescindivel de salvação, se diziam depois seus protectores e conselheiros e, em nome d'essas qualidades, reservavam para si o melhor das riquezas produzidas pelo povo, que continuava na miseria; que, finalmente, sempre que aspirava a uma melhoria no seu bem-estar, a alcançava mais facilmente com o esforço proprio, sendo inutil estar á espera que os governantes protectores se occupassem d'elle. Todas estas noções se desenvolveram de modo que chegaram a constituir ou uma doutrina, ou uma forma de acção, manifestamente contrarias ás do Estado. Como doutrina produziram o *anarquismo* e como forma de actuar, produziram o que chamei *acção directa*.

Se os partidarios da acção legal, nas suas diversas formas, entendem que a acção directa é pouco propicia á emancipação dos proletarios, como explicam que seja sempre a esta que recorrem, quando tem esgotado inutilmente os recursos legaes?

Desde que os homens luctam contra outros homens que os dominam, as victorias tem-se alcançado illegalmente, saltando por cima da lei, não a respeitando, arrancando-as pela violencia. Isto é o que nos diz o passado remoto ou proximo, é o que nos está dizendo tudo que constitue um direito ou uma regalia de que gosamos e que o sabio jurista alemão Ihering muito bem define quando diz:

«Todos os direitos do mundo tem sido conquistados luctando; todos os principios do direito tiveram que começar por serem arrancados áqueles que a isso se opunham; e todo o direito, quer d'um povo quer d'um individuo, presupõe que se está sempre pronto para o defender.» (1)

(1) Citado em *La Legislation Ouvrière*, do Groupe d'Etudiants Socialistes Revolutionnaires de Genève.

Quaes são os beneficios da lei, para que os trabalhadores prefiram a acção legal, como conducta natural nas suas reivindicações?

Desde que a lei escripta passou a ser a norma da expressão das disposições governamentaes, a lei significa apenas a vontade dos governantes, entendendo-se por esta palavra, todos que teem interesse na conservação do estado social e que são representados pelo que se chama os poderes publicos.

Os poderes publicos são sempre a expressão politica da classe economicamente dominante, qualquer que seja a sua forma e o seu nome. E' por isso que são acima de tudo—e não ha um governante que possa negar isto—os mantenedores da ordem social, os representantes da autoridade imposta pela força. Os governos podem differir em muita coisa; mas n'isto são todos eguaes.

E' ainda a opinião de Clémenceau, um dos homens que os democratas portuguezes mais admiram. Diz elle, a proposito do papel da magistratura na defeza dos interesses do povo: «Os juizes são homens que tudo esperam do governo. Os governos mudam, mas o espirito governamental, o espirito de resistencia ao que vem de baixo, permanece atravez de tudo. E depois, as grandes companhias lá estão armadas d'uma influencia social irresistivel, soberanas no paiz, mais poderosas do que os poderes publicos, que recuam deante d'ellas; seria bem extraordinario que um juiz não estivesse ao lado das companhias! E' porventura o povo soberano, em nome do qual elle distribue a justiça, que lhe dará a promoção? Não; é um cavalheiro que se julga ministro porque faz nomeações, mas que não é, no fundo, senão o instrumento d'uma poderosa oligarquia social».

Se os governos se não incommodam, naturalmente, com a acção legal e se incomodam com a acção directa, censurando-a e castigando os seus auctores, é porque a acção directa é a mais prejudicial aos interesses da oligarquia, dos privelegiados da desigualdade economica dos quaes elles não são senão puros instrumentos, como diz o governante Clémenceau.

Bastava este facto, para que os trabalhadores preferissem a acção directa como norma de lucta, visto que, em todas as luctas se empregam, de preferencia, os ataques que mais prejuizos causam ao adversario.

Desde que um governo existe para a defeza da estabilidade social, é por isso mesmo conservador, tendo que pôr-se a tudo que atente contra essa estabilidade, quer para se avançar, quer para se recuar. Nestas condições é,

evidente que as suas determinações, isto é, as leis, nunca são publicadas senão em defeza do existente. Quer dizer: uma lei é sempre a defeza da classe dominante e nunca é a defeza do povo, que constitue, em toda a parte, a classe dominada.

Quando aparece uma lei que exprime claramente—o que é raro—uma regalia para o povo, ou aparece apenas como sanção legal ao que já se praticava porque já não ha força para a prohibir, ou, se o estadista é inteligente, antecipa-se a regalia que, num futuro mais ou menos proximo, teria forçosamente de ser concedida. E' sobretudo neste caso que a lei aparece aos olhos dos inexperientes, que são legião, como um beneficio espontaneo dispensado pelo governo, que é classificado, por isso, de liberal.

Mas tanto num caso como noutro, a lei, alem de servir de arma de defeza do existente, é ainda contra a liberdade, porque a restringe sempre, limitando-a. Quando ella sanciona o acto praticado, este, que não tinha limites impostos na sua pratica, vê-se limitado, regulamentado, manietado pela lei; e no segundo caso, quando o acto se pratica, já está manietado pela lei, que fôra previdente. Não ha governos nem leis liberaes; o que ha, é governantes mais inteligentes que outros, que sabem prever e que por isso concedem antes, o que sabem não poder recusar mais tarde.

Contar portanto com o Estado para a realisação da emancipação dos trabalhadores, parece-me ingenuidade que só reverte a favor dos adversarios. Se os operarios esperassem que os governos os emancipassem ou os ajudassem na emancipação, seria como se os republicanos tivessem esperado que a monarquia se fosse embora para elles proclamarem a republica. E não teem os trabalhadores o conselho dado por um estadista republicano, o sr. Brito Camacho? Numa conferencia, de que *A Lucta* deu conta em 6 de dezembro de 1909, dizia o sr. Brito Camacho aos seus ouvintes: «não esperem que os monarchicos façam a republica; e aquelles d'entre esses republicanos que são operarios, não confiêm muito em que a burguezia republicana lhes faça presente da emancipação a que aspiram.»

O conselho é valioso e insuspeito, e os trabalhadores devem seguil-o. De resto, o que fazem os partidarios da acção directa, senão pôr em pratica, em proveito proprio, o que os povos de todos os tempos teem feito em proveito dos que querem governar e que por estes tem sido aconselhado?

Como se ha de acreditar nos bons serviços dos poderes publicos, se se vê constantemente os seus represen-

antes a deprimi-los por todas as fórmãs? Pois não são sem conto as anedoctas, tudo que se relata sobre secretarias do Estado, Parlamento, Tribunaes, Exercito, etc., tendentes a desprestigiar a instituição, mostrando os seus maus serviços ou a sua inutilidade? Uma grande parte da demolição do prestigio da Igreja foi feita a rir, em milhares de anedoctas, onde se mostravam os seus vicios e os absurdos, e feita com as accusações que sobre ella lançavam muitos dos seus fieis. E' assim tambem que em grande parte se teem desprestigiado todos os grandes serviços do Estado. Para se combater o Estado em todos os seus aspectos, basta reproduzir as palavras com que os seus partidarios o teem desprestigiado e mostrar depois a contradicção flagrante que existe entre essa palavras e a obediencia, cheia de respeito, que elles exigem para a instituição que tanto ajudam a perder.

Por isso os partidarios da acção directa fazem ouvidos de mercador ás palavras de indignação que se proferem, quando põem em pratica a sua orientação ou quando fazem a sua propaganda. E' que, ou a indignação é sincera e parte de quem não conhece a questão ou é simulada e serve apenas de poeira que se atira aos olhos dos ingenuos, que ainda se embalam com grandes palavras e argumentações cheias de logica, mas que não correspondem á realidade.

Ha tempos li esta grande verdade: «Se se quer que os erros do passado continuem, é preciso fechar as escolas; porque abrir os olhos aos outros e deixar subsistir os abusos de que elles são victimas, é crear a revolta.»

E que teem feito os serventuarios e defensores do Estado senão abrir os olhos ao povò com as suas palavras e os seus actos? Porque se indignam então, quando o povo se revolta contra os abusos que elles continuam cometendo? Porquê, di-lo ainda e muito bem, o sr. Brito Camacho, num dos seus famosos ecos d'*A Lucta* (1). Foi a proposito d'umas manifestações que nas escolas d'Italia se produziram em 1908, de solidariedade com os estudantes italianos de Vienna, maltratados pelos austriacos: Dizia assim:

«O protesto italiano parece ter surpreendido o governo de Victor Manuel. E' que os governantes teem

(1) Devo declarar que estas transcrições não traduzem um ataque pessoal ou politico. São apenas exemplos, que servem para todos os politicos; e se *A Lucta* se destaca, é por ser, dos jornaes republicanos do tempo da monarchia, o que eu lia com mais regularidade e durante muito tempo, o unico que li.

sempre a ilusão de que, além d'elles, mais ninguém existe, e que a nação é sempre um rebanho obediente que os chefes políticos dirigem como querem.

«De vez em quando, porém, os senhores dos povos experimentam desilusões terríveis. Um acontecimento inesperado desencadeia uma terrível tormenta; as habilidades dos estadistas fracassam, as suas sanfarronadas, as suas ameaças, as suas violencias, resultam *ridículas*. E o povo, que parecia um rebanho submisso e obediente, revolta-se contra os maus pastores.» *Lucta*, 1-12-908.

«Ninguém o diria melhor e a lição não pôde vir de pessoa mais insuspeita.

Pode porventura o povo acreditar em palavras e promessas de políticos, quando elles lhe veem dizer, como ha pouco lhe disse o sr. Antonio José d'Almeida, que «da promessa á realidade vae uma distancia que só as alturas do poder deixam bem discernir» ou como o sr. Brito Camacho, quando nos diz «Bem certo que as afirmações são faceis e os actos são difíceis e que a mentira dos estadistas é como a mentira dos alfaiates—uma das pechas do officio.»? O povo acredita tanto nas promessas que são ilusões ou mentiras, como acredita nas indignações em nome da ordem e do bem da Patria, de que os politicos fazem uso, quando os trabalhadores applicam as lições que d'elles receberam.

Teem os trabalhadores vantagem em abandonar a acção directa e confiar na legislação operaria? Mas elles sabem, por uma longa e amarga experiencia, o que é esse trabalho de legislar em favor do povo, dos pobres, dos humildes. Elles sabem que não ha parlamento algum onde se não contem inumeros casos de projectos de lei dormirem annos e annos seguidos. Ha dias, reuniram-se num alegre jantar, em Bruxellas, uns politicos belgas. Um d'elles, o sr. Carton de Wiart, falou d'um projecto que se apresentara ao parlamento, de protecção ás creanças pobres. Os outros concordaram em que era necessario não descurar tão importante assunto e com a boa disposição que lhes dava o jantar, resolveram meter mãos á obra. O projecto de que estes henemeritos se vão ocupar, foi apresentado no parlamento *ha 25 annos*. Quantas paginas teria o volume, *in folio*, que contivesse os casos analogos de todos os parlamentos? E conhece alguém uma demora semelhante, quando se trata de votar e sobretudo de applicar um projecto de subsidio a deputados, de aumento da força armada, da manutencção da ordem, etc?

E não sabem os trabalhadores como são cumpridas as poucas leis que no fim de annos de esquecimento o

parlamento elabora? Não sabem elles que, para se cumprir o que lá se diz, é necessario os trabalhadores imponham esse cumprimento pela acção directa, porque se assim não fôr, os patrões fazem tanto caso da lei como se ella não existisse? Os exemplos abundam e as citações são por isso inuteis. O que fazem então os trabalhadores? Tratam elles proprios de obter o que a lei é impotente para lhes dar, reclamando e luctando directamente com o capitalista, para lhe arrancar a regalia pela força, se assim é preciso. E d'esse modo appareceram as diversas fórmulas de lucta de acção directa, que os governantes, os politicos, os legalistas de toda a especie procuram desprestigiar ou impedir, tentando provar quer a injustiça quer a inutilidade do processo empregado, ou lançando mão da força armada, em nome da ordem, para o sufocar.

A greve é hoje um direito legal e sabe-se a boa vontade com que os governantes de todos os paizes o devem ter decretado, a avaliar pela boa-vontade que n'isso mostraram os nossos parlamentares cheios de democracia e de amor pelo povo.

Mas a greve em bons termos, a que se limita a não trabalhar, sem fazer pressão sobre os operarios que querem trabalhar, sem violencias, sem *sabotage*. Quer dizer: admite-se a greve, com a condição dos grevistas não empregarem os meios que lhes podem dar a victoria.

Para isso o governo joga com a logica e diz: «Cada individuo ou cada grupo tem a liberdade de não trabalhar; mas cada individuo ou cada grupo tem toda a liberdade de trabalhar. O governo é neutral e tanto protege uns como outros contra as coações que pretendam impedir a sua liberdade d'acção.» Logico, não ha duvida. Mas que diz e sobretudo o que faz esse mesmo governo, se um soldado ou um grupo de soldados se recusa a marchar para a guerra ou para a rua a manter a ordem?

Suponhamos mil soldados n'uma caserna e mil operarios n'uma fabrica. Declara-se a greve na fabrica, e os operarios sahem para a rua; declara-se a guerra e os soldados partem para a fronteira. N'um dado momento uns tantos operarios abandonam os companheiros e vão trabalhar e uns tantos soldados abandonam o regimento e vão para suas casas ou para o campo oposto.

Os soldados, uma vez apanhados, são fuzilados pelos companheiros, como traidores á causa que os companheiros defendem. Mas á mais pequena coação que os operarios grevistas pretendem exercer sobre os traidores da causa que defendem, são castigados pelo mesmo governo que aplaudiu o fusilamento dos soldados desertores.

Porque acontece isto?

Declara-se a guerra entre dois paizes ou rebenta uma revolução, como a de 5 d'outubro. Cortam-se fios telegraficos, destroem-se pontes a dinamite, corta-se a agua que alimenta povoações, deita-se fogo a predios, fazem-se emboscadas, etc. São actos violentos que todos deploram, mas necessarios para o bom exito da guerra ou da revolução e por isso legitimos e justificados.

Rebenta uma greve. A' menor tentativa de *sabotage*, que possa contribuir para o bom exito do movimento, os seus auctores são tratados como criminosos da peor especie, pelos que devem o poder que exercem, a um *sabotage* em ponto grande.

Porque acontece isto?

Quando se prepara uma insurreição, procura-se captar a adesão da força armada, sem a qual nada se pode realisar, tratando de convencer os que a compõem, de que devem insurgir-se para a defeza do povo, para bem do paiz. E' um meio indispensavel em todas as conspirações e por isso considerado legitimo e justificado. Os trabalhadores, sabendo que a victoria dos movimentos grevistas ou outros, depende da attitude da força armada, procuram convencer os soldados a não fazerem uso das armas contra os trabalhadores, chamando-se às diversas formas porque se tenta esse convencimento, propaganda anti-militarista. Esta propaganda é duramente castigada pelos governantes, que aliciaram militares para a insurreição que lhes deu o poder.

Porque acontece isto?

Tudo isto acontece, em primeiro logar, porque os governos são, como disse, mantenedores da ordem, acima de tudo, ainda que a ordem seja o que um governante, o sr. Brito Camacho, nos dizia num eco da *Lucta* de 12 de dezembro de 1909.

Dizia elle:

«A proposito dos tumultos de Alijó, apparecem as folhas monarchicas fazendo a solemne declaração de que se colocam ao lado do governo para reprimir as desordens e castigar os discolos.

Oh! os discolos! Hoje arruaceiros, amanhã heroes; hoje a canalha, amanhã o povo soberano.

A Ordem! E' uma senhora muito virtuosa que nasceu em Varsovia, e cuja chronica faria córar as cortezãs mais impudicas...»

Mais tarde, outros ecos d'A *Lucta* falaram da *Ordem*,

mas não foi precisamente nos mesmos termos. Mas aquillo tudo acontece tambem, porque os politicos continuam a supôr que os trabalhadores manuaes não podem passar sem elles. E' uma grande illusão que se ha-de ir desfazendo com muito sacrificio de parte a parte, mas que se ha-de desfazer, como se teem desfeito as illusões de todos que julgam que são os legisladores e as leis que transformam o mundo.

No que respeita especialmente ao movimento operario, os que se surpreendem com as varias formas da acção directa ou estão em desaccordo com ellas, parece que não sabem que se trata d'uma lucta mais seria que as dos partidos e instituições politicas, da lucta de classes; que se trata d'uma guerra de bem mais formidaveis consequencias que a guerra entre nações, porque se trata da guerra social.

A acção directa surpreende e incomoda muita gente porque é a expressão da autonomia das classes trabalhadoras, que á força de experiencia foram eliminando successivamente os protectores: deuses, imperantes, legisladores, todos os intermediarios, até eliminarem os dirigentes sahidos da propria massa dos trabalhadores, o que já vae acontecendo, mesmo nos paizes cuja organização operaria se distinguia pela disciplina da massa e prestigio dos dirigentes. O facto mais recente que nos mostra esta autonomia nascente, é o que se passou e continúa passando com as reivindicações dos trabalhadores inglezes, em que os mais prestigiosos e escutados dirigentes operarios, veem escapar-se-lhes das mãos a massa de trabalhadores, que se emancipa de toda a especie de tutela e opera por sua conta e risco.

Da leitura dos jornaes e outras publicações inglezas, conclue-se que as causas da agitação operaria dos ultimos tempos—e que está longe de findar—são, na opinião geral, as seguintes:

- 1.º Motivos de conflictos antigos;
- 2.º A carestia sempre crescente da vida;
- 3.º *O desejo, entre os operarios, de substituir antigos leaders que se tornaram «brandos» por homens d'acção como Ben Tillet, Havelock, Williams e outros;*
- 4.º *A tendencia geral para o sindicalismo tal qual como elle é comprehendido em Franca, com uma applicação mais pratica de acção directa.* (1)

Que importa que os politicos exijam o respeito á lei

(1) Depois as greves dos mineiros e dockers, vieram confirmar estas palavras.

em nome dos interesses da patria, se nós sabemos muito bem que a maior parte dos chamados patriotas, só se importam com a patria quando isso não vae de encontro aos seus interesses pessoases?

A lucta entre trabalhadores e capitalistas é uma lucta de classes, com a qual a patria não tem coisa alguma. Os capitalistas e os seus defensores, formam uma classe estreitamente unida por cima das fronteiras, collocando o seu dinheiro, não onde elle produza mais frutos para a patria de cada um, mas onde produza mais lucros para o cofre de cada um. A finança é quem governa o mundo e a finança não tem patria. Porque hão-de então os trabalhadores deixar de defender os seus interesses em nome d'essa patria, que os capitalistas não reconhecem?

A' classe capitalista internacional tinha que opôr-se a internacional dos trabalhadores, solidarizando-se na lucta contra o inimigo comum, para a conquista do bem-estar de todos.

O patriotismo nacionalista é ainda um poderoso instrumento de dominação de que os governantes fazem uso constante, ainda que se seja patriota á maneira d'aquelle deputado que outro dia declarou que, se fosse rico, collocava o seu dinheiro no estrangeiro, em vista das exigencias populares. Mas ha-de acontecer-lhe o que tem acontecido aos outros meios de que os governantes dispunham para dominar os povos; ha-de desaparecer para dar logar a outro sentimento mais harmonico com a justiça. Se os partidarios da acção directa são anti-patriotas, não é por odio á patria, para a qual trabalham mais do que os patriotas d'oficio; é porque em nome da patria se tiranisa o povo, porque se manda o povo morrer pela patria nas occasões perigosas, dizendo-lhe que a patria é de todos e passado o perigo, a patria, que era de todos, volta a ser só de alguns e de bem poucos, em nome dos sagrados direitos da propriedade individual. Vou terminar, d'acordo, creio, com todos os partidarios da acção directa, dizendo que:

Se os governantes portuguezes sabem que os trabalhadores conscientes se levantariam, como foi declarado, contra tentativas reaccionárias, é preciso que se não iludam, porque essa attitude dos trabalhadores é tomada na defeza dos proprios interesses, e não para ingenuamente defenderem os interesses da classe capitalista. Essa attitude constitue mais um aspecto da acção directa, que elles estão decididos a empregar, convencidos de que assim trabalham utilmente, tanto para a defeza dos seus interesses de oprimidos, como para o bem-estar de todos.

Disse.

